

Covid-19 e agricultura familiar no vale do Jequitinhonha mineiro: notas sobre os efeitos da pandemia na circulação de alimentos¹

Flávia Maria Galizon
Eduardo Magalhães Ribeiro
Roberto Nascimento Rodrigues
Vico Mendes P. Lima
Vanessa Fonseca Ayres
Juliana Soares Fagundes
Érick José de Paula Simão

Introdução

Agricultores familiares e comunidades tradicionais são importante produtores de alimentos de qualidade, diversificados, ajustados ao “gosto” e à pauta alimentar local. Atuando em circuitos curtos de comercialização de alimentos, são fundamentais para ancorar territorialmente soberania alimentar e sistemas agroalimentares sustentáveis.

Agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha mineiro é exemplo típico dessa situação. Localizado a nordeste de Minas Gerais, tem elevada população rural comparativamente à população urbana, característica peculiar da região frente ao conjunto do estado.² Seu território entrelaça os biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica e é marcado por grande sociobiodiversidade. Desde meados dos anos 1970 foi alvo de projetos desenvolvimentistas: com destaques para a construção de hidrelétricas que deslocaram milhares de famílias lavradoras além de monopolizarem a água, e empresas do agronegócio que implantaram extensas monoculturas de eucaliptos em terras comunais. Frente a esses projetos, as comunidades rurais pelejaram para conservar territórios e natureza comuns, base de seus modos de vida e sistemas de produção.

A produção familiar no Jequitinhonha conta com pouca ou nenhuma mecanização da produção, uso reduzido de química agrícola e técnicas produtivas baseadas num estoque costumeiro de saberes. Os sistemas de produção desses agricultores são diferentes daqueles empregados pela agricultura intensiva em capital e insumos. As unidades familiares se organizam em comunidades articuladas por relações de parentesco e vizinhança, que se assentam em territórios que combinam agroambientes diversos, com diferentes formas de apropriação da terra, quase sempre acessada por herança. Na terra, as famílias produzem seus alimentos que são a base tanto de seu próprio sustento, quanto ancoram a pauta alimentar regionalizada no que ela tem de próprio, expresso nas rapaduras, farinhas, doces, requeijões, no feijão de corda, no pequi, mangaba, e *carirus* diversos, entre outros. O trabalho na terra para produção dos alimentos combina jornadas dos membros das famílias com trabalho comunitário; estes criam acesso à estruturas e equipamentos usados em

¹ A pesquisa que originou esse artigo foi apoiada pelo CNPq; é resultado de um esforço conjunto de universidades (UFMG, IFNMG, UFLA), com o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica e o Instituto de Trabalhadores e Trabalhadoras do Vale do Jequitinhonha, que desde o início debateram os objetivos e criou as condições de pesquisa em situação de isolamento social. Os autores agradecem a todas as organizações.

² Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: FJP, 2018.

comum, como sistemas de abastecimento de água, de beneficiamento, armazenamento e de educação, geridos boa parte das vezes por associações comunitárias.

As formas de organização familiar e comunitárias, formais e informais, sedimentaram no Jequitinhonha movimentos autônomos de afirmação da identidade e direitos camponeses.

O campo do vale do Jequitinhonha é, deste modo, marcado pela presença da agricultura familiar; e o meio urbano é constituído por pequenas cidades. Existe forte integração entre cidade e campo, simbolizada em expressões culturais, em laços de parentescos e por sistemas de abastecimento alimentar sintetizados emblematicamente nas feiras livres. São nelas que se encontram alimentos essenciais – da lavoura, da horta, do agroextrativismo, da produção animal e da indústria doméstica rural – que embasam a dieta cotidiana e reafirmam relações de pertencimento.

As feiras livres que ocorrem nas cidades-sedes dos municípios são assim, muito importante para o abastecimento urbano, para a comercialização da agricultura familiar e para a soberania alimentar do Jequitinhonha. As feiras também são fundamentais para dinamizar a economia local, geram renda para os agricultores e para o comércio local: os mesmos feirantes que vendem também compram.

A situação originada pela propagação da Covid-19 afetou a dinâmica desse modo de vida, com influências sobre a família, que em sua maioria é formada por muitas pessoas idosas que necessariamente passaram a ter menor mobilidade; com efeitos sobre a comercialização, afetada pelas restrições do trânsito entre cidade e campo; trouxe consequências sobre o acesso à água, trazendo dificuldades na produção, consumo e na comercialização; e, por fim, incidiu sobre a renda e o consumo da população que precisou se mover para vender bens e serviços que abastecem as cidades (GALIZONI *et al.*, 2021).

Diante dessa situação crítica, comunidades lavradoras buscaram improvisar ou inventar soluções: para substituir o deslocamento, para monitorar a saúde, para o provimento de água, e, principalmente, para manter o fluxo da produção e da venda dos alimentos

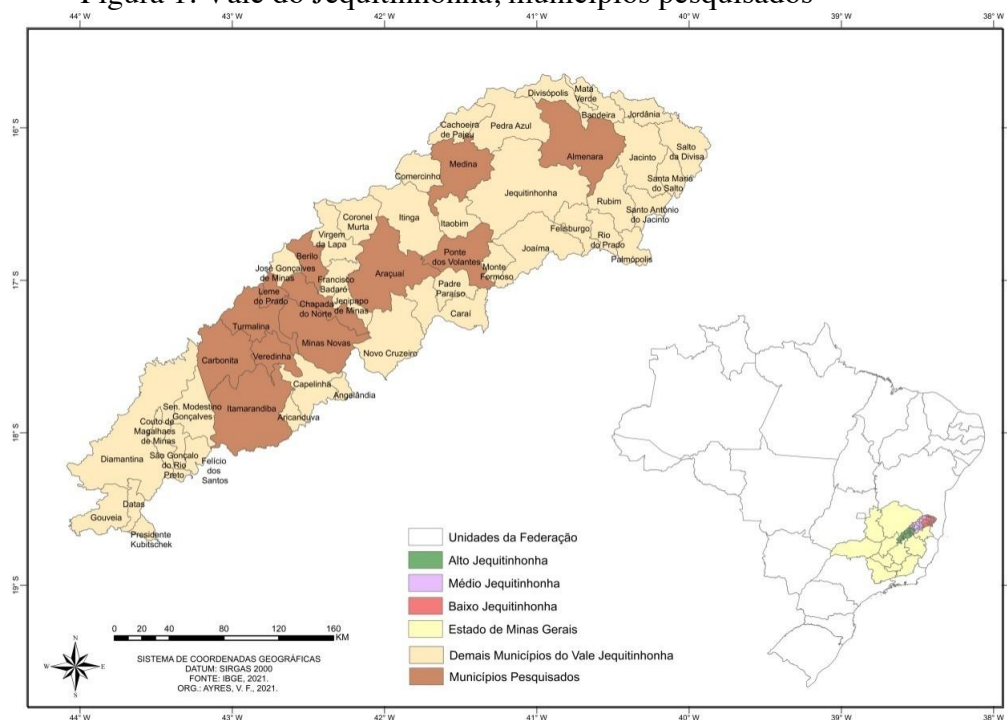
Assim, este artigo objetiva analisar entraves e demandas ocasionadas pela pandemia da Covid-19 sobre a agricultura familiar do vale do Jequitinhonha mineiro, mas especificamente, busca investigar os efeitos da crise sanitária sobre a comercialização de alimentos de famílias lavradoras e os arranjos adotados pela população para fazer frente a essa situação. Conhecer os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre comunidades de lavradores do vale do Jequitinhonha e analisar soluções locais, comunitárias e municipais no momento da crise, pode embasar reflexões sobre os efeitos da pandemia sobre agricultura familiar e fundamentar estratégias para políticas públicas.

A pesquisa: método

Para analisar os efeitos da Covid-19 sobre a agricultura familiar no Jequitinhonha, organizou-se uma pesquisa em uma amostra de 12 municípios que expressassem as diferenças sociais, fundiárias e ambientais destaregião. Os municípios selecionados foram: Turmalina, Veredinha, Itamarandiba, Medina, Araçuaí, Minas Novas, Berilo, Leme do Prado, Carbonita, Chapada do Norte, Almenara e Ponto dos Volantes. Foram utilizados principalmente dois critérios para seleção dos municípios a serem pesquisados: (i) a distribuição espacial dos municípios pelo Vale do Jequitinhonha, abarcando municípios situados no Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, captando assim diferentes situações; e (ii)

a presença marcante de população de agricultores familiares nas localidades selecionadas. Os municípios selecionados estão destacados na Figura 1.

Figura 1. Vale do Jequitinhonha, municípios pesquisados



Organizou-se uma primeira etapa de entrevista durante os anos de 2020 e 2021, períodos em que vigoravam situações de isolamento social. Alguns desafios precisaram ser contornados para realizar entrevistas nestas situações. O principal foi contatar gestores públicos e representantes de associações de lavradores, cooperativas de agricultores familiares e organizações sociais sem ir a campo. Para tanto foi fundamental o apoio de representantes de organizações sociais e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, pois em cada município auxiliaram a construir uma primeira amostra com gestores públicos vinculados às secretarias municipais de agricultura, de saúde, de educação e saúde; com representantes de organizações comunitárias de lavradores e de representantes de sociedade civil vinculadas à agricultura familiar.

Foram realizadas 40 entrevistas, de forma remota, previamente agendadas, por meio de chamadas telefônicas ou de vídeo utilizando plataformas digitais, respeitando os protocolos de saúde vigentes. Utilizou-se um roteiro semi-orientado (Queiroz, 1991), que abordava 4 blocos temáticos - alimentação, renda, água e saúde -, considerados essenciais para identificar as transformações impostas pela prevalência da Covid-19 no modus vivende da população inserida em atividades da agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha.

Em 2022, quando a situação sanitária permitiu, foram realizados levantamentos em feiras livres de cinco municípios: Minas Novas, Chapada do Norte, Veredinha, Turmalina e Medina. Escolheu-se as feiras desse município porque, desde 2007, há um pesquisas

realizadas nestas feiras que estabeleceram uma série histórica de dados a partir dos quais é possível estabelecer comparações (RIBEIRO, 2007; CRUZ et al., 2020 e CRUZ et al.; 2022; BARBOSA, 2020). Utilizando de metodologia desenvolvida por Ribeiro (2007) realizou-se, no mês de maio, a contagem de pontos de vendas de agricultores familiares nestas cinco feiras e realizou-se conjuntamente, um levantamento de diversidade das categorias de produtos comercializados. Assim foram contabilizados os pontos de venda da agricultura familiar que havia na feira de cada município e quais alimentos estavam comercializando. As categorias utilizadas foram: frutas, legumes e verduras (FLV); produtos transformados da indústria doméstica rural (IDR) como rapaduras, farinhas, queijos entre outros; açougues; animais vivos; artesanato; alimentos prontos; produtos da lavoura; leite de vaca; extrativismo; manufaturados; mudas e ornamentais; diversificadas quando combinavam mais de uma categoria de produtos; diversificadas com produtos da indústria doméstica rural; e outros.

Agricultura familiar e a Covid-19

Desde o ano de 2020 a pandemia da Covid-19 ocasionou efeitos devastadores para os diversos países e populações, particularmente na América Latina. Estudo da Cepal indicou que, nesta região, a pandemia aumentou a desigualdade social, acentuou processos migratórios e insegurança alimentar (FAO, 2020).

Entretanto, a mesma pandemia da Covid-19 teve impactos diferentes sobre populações diversas; entre as mais afetadas está a população rural, e, dentre ela agricultores familiares e comunidades tradicionais. São segmentos sociais historicamente submetidas a um acesso mais restrito a sistemas de saúde (ARRUDA, MAIA e ALVES, 2018), e, na crise sanitária sofreram fortes efeitos em redução de renda. Análise da PNAD na situação de Covid -19 (junho/2020) realizada por Del Grossi (2020) **indicou** que 50% dos agricultores familiares no Brasil tiveram redução em seus rendimentos, perderam em média 35% da renda que habitualmente recebiam. O mesmo estudo indica que, no mesmo período, pouco mais de um terço das famílias de agricultores receberam o auxílio emergencial.

Para Wilkinson (2008), são nos circuitos curtos de comercialização que os agricultores familiares conseguem maior grau de autonomia, pois são baseados na proximidade social e confiança, vinculados à territórios alimentares. Entretanto esses circuitos foram abalados na situação de pandemia. Devido às medidas de isolamento social decretadas ao longo de 2020 para o enfrentamento da pandemia a comercialização dos produtos da agricultura familiar foi fortemente afetada. Houve abalos nos circuitos curtos de comercialização agroalimentares, como as feiras livres que foram temporariamente fechadas e as compras institucionais também temporariamente paralisadas. Houve ainda retração na aquisição de alimentos por perda de poder de compra dos consumidores e desemprego crescente (SCHNEIDER *et al.*, 2020).

Por outro lado, Gazolla e Aquino (2021), indicaram que, frente à crise pandêmica grupos diferentes de agricultores familiares tiveram reações e construíram também estratégias diferentes, reinventado a partir de recursos territoriais e conhecimento a produção de alimentos e mercados, particularmente os digitais. Apontaram também a escassa participação do Estado na construção de alternativas para apoio aos agricultores familiares.

Ao se refletir sobre os efeitos e impactos das mudanças operadas pela pandemia sobre a agricultura família é importante pensar no curto, médio e longo prazo, pois os contextos

podem indicar algumas tendências para cenários institucionais pós pandemia e que afetam a dinâmica de produção de alimentos por agricultores familiares (LOPES, RODRIGUES e FERNANDES, 2020).

O “tempo da pandemia” para os lavradores do Jequitinhonha

Ao refletir sobre dinâmicas camponesas, os autores quase sempre discordam muito do ponto de vista teórico sobre o alcance e os limites explicativos do conceito de camponês (MARTINS, 1980; ALMEIDA, 2012). Mas, existem dois aspectos observados com certa concordância: as especificidades que o trabalho familiar traz para as unidades produtivas e a “resiliência” para enfrentar as dificuldades e, dentro do possível, reinventar estratégias produtivas e reprodutivas. Estes aspectos foram destacados em contextos sociais diferentes, em biomas diferentes. Estão presentes em estudos que, ao longo do tempo, vão desde Chayanov (1974) e Kautsky (1972), passando por estudos de Wolf (1972), Ploeg (2008). No Brasil, há uma extensa lista na qual se destacam Antônio Cândido (1975), Queiroz (1973), Martins (1981), Woortmann (1991), a sólida e extensa produção etnográfica do Museu Nacional capitaneada por Palmeira, na insurgência teórica do conceito de agricultura familiar sintetizada por Abramovay (1993), e, em produções mais recentes, sobre conflitos ambientais envolvendo terras comunais como nos estudos de Almeida (2006), Ribeiro e Galizoni (2007)

Com base na literatura, pode-se dizer que grupos camponeses foram acumulando experiências em lidar com conflitos e “desastres” ambientais e socialmente construídos: secas, inundações, tomadas de terras comunais. E frente a essas situações buscam criar estratégias, inovar, pautados pela “tradição” (WOORTMANN, 1991; BRANDÃO, 1986) que apoiam constituição de regimes de conhecimentos (CUNHA, 2009) e redes sócio-técnicas (savourin, 2001).

Assim, a questão que se colocou nesse estudo foi: na situação pandêmica, criada pela disseminação planetária da Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, como a agricultura familiar de base camponesa do Vale do Jequitinhonha foi afetada? Como lidou com a difícil tarefa de conviver com a pandemia, produzir e comercializar seus alimentos?

Um primeiro aspecto a ser levado em consideração diz respeito ao tempo, não puramente cronológico linear, mas o tempo simbólico de marcação de eventos (Palmeira, 2001).

As dificuldades e os efeitos da pandemia para a agricultura familiar no Jequitinhonha podem ser analisados a partir de ciclos temporais. Um **primeiro período** referente aos meses de março a junho de 2020, foi crítico, envolveu o fechamento do comércio e, principalmente a suspensão do funcionamento das feiras livres por várias semanas ou meses, acarretando grandes dificuldades de comercialização para os agricultores familiares. Os transportes públicos feirantes foram suspensos por tempo indeterminado e as compras institucionais de produtos da agricultura familiar promovidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foram paralisadas. Os/as agricultores/as conseguiram produzir, entretanto não conseguiram vender, afetando diretamente a renda das famílias. Neste período, houve busca de alternativas de comercialização, como venda de porta em porta e grupos de venda pelo *whatsapps*.

O **segundo período** foi uma fase interpretada pelos gestores públicos e agricultores/as como mais “controlada”, apesar das incertezas sanitárias e ondas de contaminação associadas a eleições municipais. Está relacionado ao segundo semestre de 2020 e foi quando ocorreu a volta e adaptação das compras institucionais do PNAE e do PAA em boa parte dos municípios, com retorno de aquisição de parte dos produtos

oriundos da agricultura familiar. Neste período também houve abertura intermitente das feiras livres municipais.

O **terceiro período** está associado ao primeiro semestre de 2021 e congrega dois extremos: contaminações derivadas do afrouxamento das medidas de isolamento social com as festas de fim de ano e viagens de férias no início de ano, e “onda roxa” no estado de Minas, no período de março a abril, que promoveu o fechamento total do comércio e atividades não essenciais. Novamente o funcionamento das feiras livres foi suspenso nos municípios, mas as compras institucionais foram parcialmente mantidas.

Um **quarto período**, situado no segundo semestre de 2021, combinou a flexibilização das medidas sanitária, o afrouxamento do distanciamento social e o avanço de aumento de casos de novas variantes do coronavírus, mais infecciosas, mas menos letais, uma vez que parcela da população havia sido vacinada. Nesta fase, as feiras funcionaram em parte dos municípios seguindo protocolos sanitários - uso de máscaras e distanciamento - com restrições de público, de feirantes e de lugares de exposição.

E por fim, um **quinto período**, de “abertura total”, quando a pandemia é socialmente percebida como controlada, e oficialmente são permitidas as voltas das feiras livres sem restrições circulação, de números de feirantes e de consumidores, dos usos flexíveis de máscaras e álcool gel.

Assim, a pandemia resultou para as comunidades de agricultores familiares, principalmente em movimentos cíclicos de fechamentos diversos: na família, na comunidade, dos canais de comercialização, do transporte. E esses movimentos foram percebidos pelos filtros sociais em que estavam imersos e, mediados por esses filtros, tiveram rebatimentos diversos.

Efeitos

Durante esses períodos sintetizados acima, que representam no dizer dos lavradores “tempos da pandemia”, observou-se, principalmente durante o ano de 2020, um conjunto de efeitos que afetaram comunidades de agricultores familiares.

No âmbito das comunidades rurais as relações de parentesco, compadrio e vizinhança criaram a tecitura de “seguridade social de emergência”. Nos períodos mais intensos da pandemia as comunidades conseguiram criar, boa parte das vezes, pela própria disposição das moradias e dos sítios familiares, situações mais amigáveis de isolamento social com acesso a ambientes abertos.

Muitas comunidades criaram normas específicas de distanciamento social, algumas colocaram barreiras impedindo a entrada de não moradores, outras colocaram avisos restringindo a entrada no território da comunidade aos casos de urgência. Fortaleceram também formas solidárias de contato com a sede urbana que preservavam os mais idosos ou pessoas do grupo de risco, e assim alguma pessoas se encarregavam de ir às cidades e lá faziam compras para si e para outros; vendiam seus produtos e de vizinhos, mantendo contato com as cidades. Mas, principalmente, criaram circuitos de circulação de alimentos nas próprias localidades, seja pelas redes de reciprocidades por onde circulavam alimentos que eram doados na certeza de que seriam, em algum tempo retribuído³, seja pela constituição de pequenos espaços de trocas ao ar livre que ocorriam nas comunidades. Essas formas comunitárias de seguridade foram importantes para que, em todos os municípios pesquisados, de acordo com os secretários(as) de saúde, as populações rurais fossem menos contaminadas pelo coronavírus.

³ Marcel Mauss (1980) foi um autor que destacou o papel das trocas recíprocas na consolidação de relações sociais, de acordo com ele, as relações de reciprocidade envolvem a obrigatoriedade, não explicita, mas subentendida de “dar, receber e retribuir” criando uma amálgama moral e social entre indivíduos e grupos. Para estudos em populações rurais ver Sabourin (2004).

Entretanto, em paralelo à criação dessas redes de “seguridade social de emergência”, a pesquisa identificou uma intensa mobilidade de população das sedes urbanas para as áreas rurais dos municípios. Assim, no isolamento social ocorreram fluxos populacionais em direção ao rural, visto como refúgio contra a doença. Esse deslocamento da população urbana para áreas rurais, seja nos períodos de fechamento dos serviços não essenciais, seja para manter distanciamento social, ocasionou também tensões sobre as comunidades rurais. Por isso algumas localidades colocaram formas de controle de entrada; mas, quando havia laços de parentesco ou segunda moradia. Esse crescimento repentino da população no rural acabou por resultar em grande pressão sobre as fontes já precárias de abastecimento de água para a população rural; como no caso do município de Turmalina. Em outras localidades, como Araçuaí, a aglomeração em eventos promoveu maior circulação de vírus nas comunidades rurais, conforme relataram representantes de agricultores e gestores públicos, criando surtos localizados. Esses efeitos foram circunscritos aos períodos de fechamentos, mas indicaram uma tendência de mobilidade de população entre os espaços rurais e urbanos.

Também, por perda de emprego, diminuição de renda ou restrições de distanciamento social, muitos migrantes já estabelecidos em outras regiões voltaram para seus municípios de origem no Vale do Jequitinhonha. O retorno trouxe impacto sobre áreas como saúde, assistência social e ocupação. Este foi o caso, por exemplo, do município de Carbonita, de 9.148 habitantes (IBGE, 2010): dados da Secretaria Municipal de Saúde indicaram que de abril a dezembro de 2020 cerca de 2.000 pessoas retornaram ao município para viver a fase mais aguda da pandemia, aumentando em aproximadamente um quinto a população do município. Em Chapada do Norte, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico notou circulação do vírus nas comunidades rurais graças ao retorno de pessoas para permanecer com suas famílias durante a fase mais crítica da pandemia. Entretanto, ainda não é possível determinar se esses efeitos foram permanentes ou circunstâncias, ou seja se configuraram, de fato, uma migração de retorno ou uma mobilidade populacional transitória.

Na situação de crise sanitária foram criadas várias iniciativas para que alimentos produzidos pelos agricultores familiares pudessem ser comercializados. Foram iniciativas promovidas por comunidades rurais, por organizações de agricultores familiares como associações comunitárias, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Cooperativas, organizações da sociedade civil e públicas. As principais alternativas estão relacionadas abaixo.

- i) Grupos de venda - por meio de contato telefônico, “boca a boca”, *WhatsApp* e plataformas digitais, feiras virtuais com entrega de produtos em domicílio; iniciativas coordenadas pela EMATER, secretarias de agricultura, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, associações comunitárias e por conjunto de agricultores/a.
- ii) Venda de alimentos, pelos agricultores/as, de porta em porta e em pontos na rua;
- iii) Transferência da feira livre do mercado fechado para as ruas e espaços abertos;
- iv) “Boteco de feira (como são chamados em alguns municípios os pontos de vendas montados em frente a certas residências e que comercializavam produtos da agricultura familiar);
- v) Entregas para mercadinhos e supermercados;
- vi) Vendas na própria comunidade e composição de arranjos comunitários (agricultor levava, junto com a sua, a produção de outros para entrega nas cidades; aluguel de transporte compartilhado entre agricultores);
- vii) Criação de pontos de vendas fixos por cooperativa de agricultores familiares;
- viii) Vendas institucionais por meio do PNAE e PAA.

Todas essas alternativas se mostraram importantes para a comercialização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar durante a pandemia. Entretanto, o estudo

revelou que tiveram alcance limitado, se restringiram a aproximadamente um terço dos agricultores familiares das localidades. Praticamente só agricultores considerados “mais fortes”, com maior renda, puderam arcar com transporte próprio conseguiram manter vendas constantes nas situações de distanciamento social. No dizer de um agricultor: “Na pandemia foi ruim para quem produzia comida. Só conseguia vender quem conseguia transportar”.

Dessa forma, o fechamento intermitente das feiras livres se revelou um ponto de impacto sobre as comunidades de agricultores familiares. Isto porque o espaço da feira é aberto a todos(as) agricultores(as), e se conecta a um “circuito de gosto” muito específico de um território alimentar e com protagonismo das técnicas camponesas (RIBEIRO, 2019).

As feiras na pandemia

O Vale do Jequitinhonha, como visto, é marcado pela forte presença da agricultura familiar, na produção, na identidade, na dieta, e, o meio urbano é constituído por pequenas cidades. Há uma forte integração entre cidade e campo: em termos de cultura, redes de parentesco e, principalmente abastecimento alimentar, por meio de feiras livres, circulação de alimentos, e vendas diretas. (RIBEIRO, 2019; CRUZ, 2020, FERNANDES, 2020).

Boa parte dos municípios pesquisado têm, assim, características econômicas, culturais e populacionais definidas por Veiga (2002) como de municípios rurais.

Tabela I – População rural, urbana e número de estabelecimentos rurais total e da agricultura familiar, municípios selecionados do Vale do Jequitinhonha.

Fonte: IBGE, 2010; IBGE, 2017.

Municípios	População total	Pop. urbana	Pop. na sede urbana	Pop. rural	Nº estab. rurais	Nº estab. rurais da AF
Almenara	38.775	31.750	30.522	7.025	1643	600
Araçuaí	36.013	23.435	22.259	12.578	2.589	2217
Berilo	12.300	3.888	2.717	8.412	1.489	915
Carbonita	9.148	6.738	6.738	2.410	667	539
Chapada do Norte	15.189	5.694	3.176	9.495	2.262	1879
Itamarandiba	32.175	21.988	19.872	10.187	2.426	1757
Leme do Prado	4.804	1.761	1.177	3.043	327	198
Medina	21.026	15.092	14.284	5.934	1.658	845
Minas Novas	30.794	12.584	9.547	18.210	3.210	2772
Ponto dos Volantes	11.345	4.031	3.226	7.314	1.053	881
Turmalina	18.055	12.926	12.169	5.129	1.247	923
Veredinha	5.549	3.769	2.500	1.780	684	597

As comunidades lavradoras – é a partir desse termo que boa parte dos agricultores familiares dessa região se autodefinem –, nos diversos municípios do Jequitinhonha, são produtoras de alimentos para autoconsumo e venda. Produzem nas beiras de rios, áreas mais férteis dos terrenos familiares, usam técnicas costumeiras e poucos insumos industriais, a produção se baseia em conhecimento enciclopédico sobre a natureza e recursos locais, que tem apoiado a produção de alimentos mesmo frente à crescente escassez de água, vinculada principalmente aos efeitos das monoculturas empresariais de eucalipto (GALIZONI, 2007; SILVA *et al.*, 2022).

As feiras livres são, costumeiramente, os principais canais de comercialização das famílias lavradoras do Jequitinhonha, são manifestação de “circuitos de gosto” – há alimentos e produtos que só se encontram nas feiras – expressando segurança e soberania alimentar (RIBEIRO, 2019). A feira oportuniza ainda a participação de uma miríade de famílias lavradoras: os “feirantes profissionais” que participam todas as semanas, que fidelizam os consumidores pela qualidade e especificidade de seus produtos, os agricultores que vendem de forma intermitente e sazonal e os que vendem “de vez em quando”. São inúmeros os arranjos de vendas realizados. Por exemplo, uma pessoa da comunidade que vai sistematicamente à feira e vende produtos de seus vizinhos, entre outras estratégias (Ribeiro, 2019; CRUZ et al; 2020).

Ao investigar a produção, consumo e venda de alimentos pela agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha na situação de pandemia, chamou a atenção que, nos municípios estudados, o ano de 2020, por exemplo, foi um ano bom de chuva para a produção de alimentos, mas a grande dificuldade esteve localizada na dificuldade em escoar a produção, em vender frente situações de fechamento das feiras. Este aspecto foi observado também por Graziano (2021) para toda a América Latina: seu estudo indicou que as exigências sanitárias impostas pela pandemia afetaram mais diretamente a comercialização produtos *in natura* considerados mais saudáveis, impactando tanto os consumidores quanto a receita dos agricultores familiares.

Na situação de pandemia, como visto, a maioria dos municípios pesquisados no Vale do Jequitinhonha interrompeu a comercialização nas feiras por períodos que variaram entre um e seis meses, ou então as feiras funcionaram de forma intermitente, de acordo com maior ou menor incidências de casos de coronavírus, o que tornava muito difícil para os lavradores planejarem sua produção, principalmente de produtos sazonais; é difícil, por exemplo, estocar queijos por muito tempo, e boa parte das verduras tem prazo limitado para se manter frescas e tenras. Assim, frente as grandes perdas de produtos devido ao fechamento das feiras e as normas de distanciamento social, as famílias de forma prudente reduziram o volume da produção sazonal, mantendo o provimento para o autoconsumo, mas restringindo os tamanhos dos canteiros e a quantidade de área semeada. Investiram, quando possível, em produtos que, por meio do beneficiamento da indústria doméstica rural, pudessem ser armazenados durante um tempo maior. Isto fez com que, em situações em que houve flexibilização do distanciamento social ou chamadas de compras institucionais, os(as) agricultores(as) tivessem um volume pequeno de produtos para comercializar. No caso da venda para o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), esse aspecto se manifestou em vários municípios, pois os agricultores tinham um volume menor de produtos para entregar nas escolas.

A paralização ou falta de transporte público para feirante tornou-se um problema central para a comercialização em todos os municípios e fator de exclusão. Muitas famílias agricultoras tinham fatura de produção em casa, tinham produtos e não podiam vender. Isto ocasionou também receio de produzir para além do autoconsumo.

Os fechamentos intermitentes das feiras reforçaram, desse modo, situações de comercialização seletivas por renda, transporte, organização e inclusão digital. Agricultores/a mais idosos/os, de menor renda (mais “fracos” financeiramente, como dizem), sem transporte próprio, menos organizados e sem acesso à telefonia e internet, conseguiram produzir, mas não conseguiram manter constância na comercialização; com o fechamento das feiras perderam mercados. A impossibilidade de vendas corroeu as rendas de parte desses agricultores familiares da região, ocasionado empobrecimento. Esses impactos tiveram intensidades diferenciadas sobre os municípios estudados, mas ocorreu em todos, em alguns de forma mais acentuada.

O período de fechamento das feiras criou dificuldades qualitativas para o abastecimento urbano, pois dificultou acesso aos produtos locais adaptados à pauta alimentar regional, ou seja, afetou a soberania alimentar. Mas não houve dificuldade quantitativa de abastecimento, pois como supermercados e mercadinhos foram considerados essenciais pelos decretos estaduais e municipais, esses estabelecimentos ficaram abertos durante a pandemia e abasteceram a população com produtos vindos de outras regiões, principalmente das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasa-MG). Por outro lado, o fechamento das feiras ocasionou fortes impactos sobre o comércio urbano de todos os municípios: ao reduzir o movimento de feirantes com a paralisação das feiras, o menor afluxo de compradores afetou o comércio local. Analisando essa situação uma agricultora entrevistada afirmou: “Se não tem feira, não tem gente. A gente vem com verdura e volta com mercadoria do comércio”. Se os supermercados faziam entregas no rural, cobravam isso e encareciam o abastecimento dos consumidores, que optavam por adquirir o que era possível na própria comunidade. Assim, os agricultores reduziram compras no comércio urbano, ocasionando perdas para os estabelecimentos

As vendas paralisadas nas feiras significaram também impacto cultural, nos hábitos e costumes de compras, na composição da dieta, que enfrentou restrição para adquirir produtos da indústria doméstica da agricultura familiar, como o deslocamento de circuitos curtos de comercialização que ocorriam na feira para aquisição de alimentos em supermercados e sacolões. Este tem sido um dos impactos, aparentemente, mais duradouro.

Após a abertura para o funcionamento regular das feiras, quando a pandemia estava em fases mais controladas, observou-se que os impactos sobre as feiras perduraram. O estudo mais detalhado em feiras de cinco municípios indicou a dimensão desses efeitos, tanto no que diz respeito à oferta de alimentos, à renda dos agricultores familiares quanto à segurança e soberania alimentar do abastecimento alimentar da população urbana.

Estes aspectos puderam ser analisados a partir da contagem de pontos de vendas nas feiras livres desses municípios, comparando-os com a linha de base de dados para essas feiras coletadas em pesquisas realizadas nos anos de 2018 e 2020, anteriores ao período de pandemia. Observou-se que, em abril de 2022, na feira de Turmalina permaneciam apenas 42,7% dos pontos de venda observados em 2018; idem em Minas Novas, que apenas 43,7% dos pontos de vendas permaneceram, Veredinha com 49% e Chapada do Norte com 68,8%; em Medina, comparativamente a 2020, permaneciam 76,5% dos pontos de venda. Pode-se observar, na Tabela 2, o impacto da pandemia no tamanho da feira, expresso na queda do número de pontos de venda da agricultura familiar.

Tabela 2. Variação do número de pontos de venda em feiras livres em 5 municípios do Vale do Jequitinhonha, 2018 – 2022.

Município	Pontos de vendas em 2018/2020	Pontos de vendas em abril 2022	Percentual em 2022 (%)
Turmalina	178	76	42,7
Minas Novas	160	70	43,7
Veredinha	51	28	49,0
Chapada do Norte	45	31	68,8
Medina	179	137	76,5

Fonte: CRUZ et al; 2020, FERNANDES, 2020; Pesquisa de Campo, 2022.

Quando se investigou as categorias de tipos de produtos ofertados na feira, observou-se que, em 2022, tal qual em 2018 e 2020, a maior parte dos pontos de vendas da agricultura familiar ofertava produtos diversificados de horta, lavoura e da indústria doméstica rural

(as farinhas, os doces, os queijos), mantendo, apesar da redução do número absoluto de feirantes da agricultura familiar, a diversidade de alimentos territorializados na dieta: o feijões andu e catador, a mostarda, o urucum, o frango caipira, rapadura, farinhas, requeijão, produto local. Destacou-se pontos com ofertas somente de produtos da categoria de frutas, legumes e verduras, que nos levantamentos anteriores realizados entre 2018 e 2019 não tinham presença marcante. Apesar do aspecto sazonal das ofertas na feira, esse destaque encontrado na oferta de frutas, legumes e verduras pode ser explicado em parte pelas estratégias dos feirantes: cautela na produção, privilegiando produtos da horta que tem ciclos curtos entre a sementeira e a colheita. Assim, além de suprir as necessidades alimentares das famílias, podem ser produzidos em espaços menores e responder mais rapidamente às demandas. Neste sentido também é que se pode compreender o grande aumento de produtos beneficiados pela indústria doméstica rural no período pesquisado, que por serem menos perecíveis suportam maior prazo de armazenamento sem perder a qualidade. Assim, também, revelam estratégias produtivas e de comercialização na pandemia.

Considerações finais

No vale do Jequitinhonha mineiro, região de agricultura familiar de base camponesa, um dos filtros para lidar com a situação de pandemia foi a relação entre tecido social, cultura e história. O estilo de vida da sociedade tradicional, as especificidades da população rural, pautada pela vida comunitária e não individualizada do vale do Jequitinhonha mineiro, criaram alguns filtros para lidar com a pandemia. Esses filtros foram baseados em relações de parentesco e vida comunitária, no melhor controle em situações de isolamento social no espaço rural, em redes internas de reciprocidade e de cuidado mútuo. Estratégias de auto-sustento, de autoconsumo, produção e circulação de alimentos entre as tramas de parentesco e vizinhança foram fundamentais para garantir um acesso mínimo aos alimentos durante a crise sanitária.

Os circuitos curtos de comercialização encontrados, criados ou fortalecidos na pandemia – venda de porta em porta, grupos por *Whatsaap*, vendas institucionais, que operam em mercados locais defendem a economia local pois operam com custos baixos.

Entretanto, nas circulações de alimentos culturalizados, fundamentais para a dieta local, a comercialização foi afetada pela pandemia. Impactos na comercialização em feiras foram diferenciados entre municípios, principalmente por redes e formas de abastecimento urbano, por mobilidade entre rural/urbano, por desigualdade de renda e patrimônio, por idade, meios próprios de transporte e acesso à internet. Municípios onde as comunidades eram organizadas, formal ou informalmente, conseguiram atenuar, em parte, a exclusão dos agricultores familiares, revelando a importância da interação ativa na política local.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Hucitec, 1993.

ALMEIDA, A. W. B. **Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum**. In. Terras de Quilombo, Terras Indígenas, 'Babaçuais Livres', 'Castanhais do Povo', Faxinais e Fundos de Pasto. Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico, vol. 2, PPGSCA-UFAM, Manaus, 2006.

Almeida, M. W. B. de. (2012). Narrativas agrárias e a morte do campesinato. *RURIS (Campinas, Online)*, 1(2). <https://doi.org/10.53000/rr.v1i2.656>

ARRUDA, N. M.; MAIA, A. G.; ALVES, L. C. Desigualdade no acesso à saúde entre as áreas urbanas e rurais do Brasil: uma decomposição de fatores entre 1998 a 2008. **Cadernos de Saúde Pública**, 2018; 34(6):e00213816

BARBOSA, L. F. *Produção, consumo e circulação de alimentos durante a seca: um estudo sobre famílias lavradoras em Medina, Vale do Jequitinhonha*. **Dissertação. Mestrado Associado UFMG-Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território**. Montes Claros, 2020.

BRANDÃO, Carlos R. Saber de classe e educação popular. *In: O ardil da ordem*. Campinas, Papyrus, 1986.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Livraria Duas Cidades, 1975.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidade economica campesina**. Ediciones Nueva Vision, Buenos Aires, 1974.

CUNHA, M. C. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. 440p.

CRUZ, M. S. DA, RIBEIRO, E. M., PERONDI, M. ÂNGELO, OLIVEIRA, D. C. DE, & COSTA, H. DE M. Agricultura familiar, feiras livres e feirantes do Alto Jequitinhonha. **Revista Campo-Território**, 15(35), Abr. de 2020, 90–120.

CRUZ, M. S., RIBEIRO, E. M., PERONDI, M. A., ARAUJO, A. M., & MALTEZ, M. A. P. F. Comprando qualidade: costume, gosto e reciprocidade nas feiras livres do Vale do Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 60(spe), 2022.

DEL GROSSI, M. Efeitos crise Covid: análise nacional e agricultura familiar. Informativo julho 2020. Brasília: Cegafi/UnB, 2020.

FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. *La COVID-19 y el acceso de los pequenos productores a los mercados*. Roma: FAO, 2020

FERNANDES, L.

FJP, Fundação João Pinheiro. **Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: FJP, 2018.

GALIZONI, Flávia M. *et all.*, *Boletim Informativo – Efeitos da Covid-19 sobre a agricultura familiar, alimento e água no vale do Jequitinhonha mineiro*. UFMG/CNPq, 2021.

GALIZONI, F.M. **Lavradores, água e lavouras** – estudos sobre a gestão camponesa da água no Alto Jequitinhonha. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

GALIZONI, F. M. **A terra construída**. Fortaleza: Etene/BNB, 2007.

GALIZONI, F.M.; SILVA, E.P.F.; MOREIRA, T.M.B.; CALDAS, A.L.T.; MALTEZ, M. A. P. F. Mantimento, alimento, sustento. In RIBEIRO, E. M. (org.) **Do engenho à mesa** –

Cultura material e indústria rural na agricultura familiar no Jequitinhonha Mineiro. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019. 324 p., p. 81 –103.

GAZOLA, M.; AQUINO, J.R. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 29(2), Jun. a Set. 2021, págs. 427-460.

GRAZIANO DA SILVA, J. Transformación de los sistemas alimentarios: un desafío planetário. IN Graziano da Silva, J.; Jales, M.; Rapallo, R.; Díaz-Bonilla, E.; Girardi, G.; Grossi, M. del; Luiselli, C.; Sotomayor, O.; Rodríguez, A.; Rodrigues, M.; Wander, P.; Rodríguez, M.; Zuluaga, J.; Pérez, D. **Sistemas alimentarios em América Latina e y Caribe** – Desafíos en escenario pospandemia. Panamá, FAO y CIDES: 2021. <https://doi.org/10.4060/cb5441es>

IBGE –Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2010.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Porto, Portucalense, 1972.

MARTINS, José. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa, Edições 70, 1988.

PALMEIRA, M. Política e tempo: nota exploratória. In Peirano, M. (Org.). **O dito e o feito** – ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Dumará, 2001.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. QUEIROZ, M.I.P. de. **O Campesinato brasileiro**. São Paulo, Vozes/EDUSP, 1973.

QUEIROZ, M.I.P. de. **Variação sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991.

RIBEIRO, E. M. AYRES, E. C. B.; GALIZONI, F. M.; PEREIRA, V.G. Programas Sociais, mudanças e condições de vida na agricultura familiar do vale Jequitinhonha mineiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v.52, n. 2, p. 336-386, 2014.

RIBEIRO, E. M.(Org.). **Feiras do Jequitinhonha**: Mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no Semi-Árido de Minas Gerais. Fortaleza, Etene/BNB, 2007.244 p.

RIBEIRO, Eduardo M.; GALIZONI, Flávia M. Quatro histórias de terras perdidas: modernização agrária e privatização de campos comuns em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Rio de Janeiro, v.9, n.2, p.115, nov.2007.

SABOURIN, E. (2004). Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. **Revista TOMO**. <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i0.5244>. Acesso em 28/05/2022.

SABOURIN, E. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. Rio de Janeiro, **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, V. 9, n. 1, p. 37-61, 2001.

SILVA, E. P. F., GALIZONI, F. M., LIMA, V. M. P., RIBEIRO, E. M. , PAULA, É. J. S. P., SANTOS, A. O., & SANTOS, A. F. R. Metamorfose da chapada: monocultura de eucalipto e tomadas de terras e águas no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Campo-Território**, 17(44 Abr.), 63–89, 2022. <https://doi.org/10.14393/RCT164404>

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, São Paulo, 2002.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Segunda Edição. RJ, Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se *neguceia* – o campesinato como ordem moral. *In: Anuário Antropológico/87*. Editora Universitária de Brasília/ Tempo Brasileiro. Brasília, v.11, n.1, p.11-73.1990.